

**Correio Braziliense – 25/06/2008**

### **Conta de luz fica mais cara**

Tarifa será reajustada em até 1% para custear o gasto de cerca de R\$ 1 bilhão com o funcionamento de usinas termelétricas por 17 semanas. No Distrito Federal, o desembolso maior virá na fatura de agosto

Luís Osvaldo Grossmann

Da equipe do Correio

O uso de usinas térmicas para poupar a água das hidrelétricas no início deste ano custou mais de R\$ 1 bilhão e já começou a ser pago pelos brasileiros, com aumentos de 0,7% a 1% nas contas de luz. O rateio está previsto nas regras do setor elétrico, mas para o **Instituto Acende Brasil**, que representa investidores privados em energia, esse valor é muito superior ao que seria necessário e é motivado por decisões políticas, não técnicas. Distribuidoras do Nordeste e do Rio Grande do Sul já foram autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica a repassar a fatura aos consumidores. Os brasilienses vão conhecer sua parte em agosto, quando sai o índice da CEB.

“O governo passou por cima do Operador Nacional do Sistema, que recomendou o uso das térmicas por quatro semanas, e manteve tudo ligado por 17 semanas. O custo de faltar energia é alto, mas isso não quer dizer que qualquer decisão pode ser tomada. Corremos o risco de ver politizada uma decisão que é técnica”, reclama o presidente do **Acende Brasil, Claudio Sales**.

A grande reclamação é que o governo nunca apresentou os estudos que teriam sustentado a decisão de manter ligadas, até o início de maio, todas as termelétricas do país — as do Nordeste, onde os problemas começaram primeiro, estavam funcionando desde dezembro. Essa decisão, como explicou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi tomada por “excesso de zelo”.

De fato, o cenário em janeiro era de alerta, apesar das repetidas negativas do governo federal de que não havia nenhum risco de falta de energia. É que o sistema brasileiro gera 80% da eletricidade em hidrelétricas, mas as poucas chuvas desde o fim do ano passado causaram uma queda gradativa no nível dos reservatórios. “Em 23 de janeiro o risco de racionamento era alto, de 22%, reconhecido pelo governo”, lembra **Sales**.

Ordem

Como consequência do cenário adverso — havia esperança nas chuvas, mas elas não chegavam — ainda em dezembro o governo deu poderes especiais para o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). O órgão, presidido pelo ministro, poderia determinar o acionamento de térmicas fora da “ordem de mérito”, um jargão do setor para que as usinas só sejam ligadas quando o preço da energia no mercado de curto prazo for superior ao custo de uma termelétrica específica.

Em geral, o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS), que coordena e controla a geração e transmissão de energia no país, só manda uma térmica ser acionada ao ponderar o nível dos reservatórios com o preço da eletricidade. Mas com a decisão do comitê de monitoramento, todas as térmicas disponíveis entraram no sistema. E mesmo quando as chuvas começaram — e choveu 27% acima da média histórica do período — o governo achou prudente mantê-las em atividade.

Do ponto de vista da segurança, funcionou. O risco de faltar energia despencou e hoje está dentro dos 5% aceitáveis pelo modelo. O custo, porém, foi 10 vezes superior à média do que os brasileiros estão acostumados a pagar pelo uso de térmicas em períodos sem chuva. Entre 2003 e 2006 essa média foi de R\$ 145 milhões, em 2007, apenas R\$ 27 milhões.